



LÍNGUA E CULTURA NA SOCIEDADE APINAYÉ *LANGUAGE AND CULTURE IN APINAYÉ SOCIETY*

Maria José de Pinho
Denyse Mota da Silva

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Resumo

Neste trabalho, apresentamos um estudo sobre Etnolinguística, Língua e Cultura na Sociedade Indígena Apinayé. O objetivo é, a partir de um estudo teórico, avaliarmos e entendermos a relação ente língua e cultura no contexto indígena Apinayé, identificando como os aspectos sociohistóricos e culturais interferem na situação linguística dos indígenas. As bases teóricas, numa concepção interdisciplinar, abrangem as seguintes áreas: Linguística, Fiorin (2003); Etnolinguística, Rodrigues (1986, 2001), Oliveira (s/d); Língua Apinayé, Ham (1979), Albuquerque (1999, 2007, 2008; 2012); Os Apinayé, Nimuendaju (1983), Da Matta (1976), Albuquerque (2007); Almeida (2012); e Cultura, Gomes (2013), Cuche (1999). O estudo se insere na perspectiva da pesquisa qualitativa, a partir dos procedimentos das pesquisas exploratórias e documentais. Os resultados da pesquisa permitem afirmar que os Apinayé são bilíngues, pois interagem com duas línguas, Apinayé e Português, em situação de contato e uso.

Palavras-chave: Etnolinguística; Cultura; Apinayé.

Abstract

In this paper, we present a study on Ethnolinguistics, Language and Culture in Apinayé Indigenous Society. From a theoretical study, the goal is to evaluate and understand the language and culture being compared in an Apinayé indigenous context, identifying how the socio-historical aspects and cultural influence the language situation of indigenous peoples. The theoretical basis, in an interdisciplinary design, cover the following areas of linguistics: Fiorin (2003). Ethnolinguistics: Rodrigues (1986, 2001), Oliveira (s/d); Language Apinayé, Ham (1979), Albuquerque (1999, 2007, 2008, 2012); Apinayé people, Nimuendaju (1983), Da Matta (1976), Albuquerque (2007); Almeida (2012); and Culture, Gomes (2013), Cush (1999). The study is insert in the perspective of qualitative research, from procedures of exploration and documentary research. The survey results allow us to state that Apinayé are bilingual, because they interact with two languages, Apinayé and Portuguese, in contact situation and use.

Keywords: Ethnolinguistics; Culture; Apinayé.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Introdução

A situação linguística do Brasil remete a uma realidade multicultural e multilíngue. Além do português, temos 170 línguas (RODRIGUES, 1986) faladas por mais de 340 povos indígenas (IBGE, 2010), sem contarmos cerca de 30 línguas trazidas pelos imigrantes que aqui chegaram desde a época da conquista colonial pelos europeus. São, portanto, aproximadamente 200 línguas em situação real de uso, o que contribui para um Atlas Linguístico diversificado. Além disso, a língua portuguesa brasileira, diferentemente do português de Portugal, manifesta-se mediante dialetos regionais, contribuindo para uma situação sociolinguística complexa (ALBUQUERQUE, 1999).

Nesse sentido, e considerando que o povo brasileiro, indígenas e não indígenas, se comunicam entre si não somente em português; tendo em vista, também, que a língua portuguesa, precisamente aquela falada pelos indígenas, imigrantes e afrodescendentes, remanescente quilombolas e povos do campo, é marcada por uma variedade que difere da norma culta-padrão em suas formas fonética, fonológica e semântica; considerando tudo isso, propusemo-nos a realizar este artigo, o qual trata da relação entre língua e sociedade, isto é, da etnolinguística na realidade de uma etnia indígena, os Apinayé da região norte do estado do Tocantins.

O objetivo é descrevermos, avaliarmos e analisarmos, por meio de estudos teóricos, a língua Apinayé, falada por aproximadamente 2.282 indígenas (DSEI-TO (2013), e a relação entre língua e cultura, tendo em vista uma situação de bilinguismo entre os indígenas, os quais, segundo Albuquerque (2013) e Almeida (2012), falam as línguas Apinayé portuguesa. Ademais, discutimos, também, os aspectos sociohistóricos e culturais que interferem na situação linguística dos indígenas.

As bases teóricas, numa concepção interdisciplinar (ALMEIDA, 2012), se inserem nas categorias da linguística, etnolinguística, língua Apinayé e cultura, no contexto de uma comunidade indígena. Dentre os teóricos que sustentam o trabalho



destacamos Rodrigues (1986, 2001), Oliveira (s/d), Ham (1979), Albuquerque (1999,2007,2008,2011), Nimuendaju (1983), Da Matta (1976), Almeida (2011, 2012,), Gomes (2013) e Cucho (1999).

O estudo, uma pesquisa qualitativa, se efetivou mediante os procedimentos das pesquisas bibliográfica, exploratória e documental. Por se tratar de uma pesquisa teórica, a efetivamos mediante criteriosa revisão bibliográfica, com levantamento do estado da arte sobre o tema em discussão, dentro e fora da sala de aula durante a disciplina ministrada.

Uma proposta metodológica interdisciplinar

A pesquisa se apresenta como sendo de base qualitativa, uma vez que sua abordagem é eminentemente descritiva e seus procedimentos indutivos, considerando a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. É, pois uma abordagem interdisciplinar, pois, segundo Ataíde (2013), atualmente, o campo científico aponta uma tendência para o surgimento de um novo paradigma metodológico. Um modelo que consiga atender plenamente às necessidades dos pesquisadores, circulando entre diferentes frentes teóricas.

Neste artigo, por seu teor qualitativo, optamos por uma abordagem descritiva, mediante rigorosa revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e análise documental, identificando de que forma os aspectos sócio-históricos e culturais interferem na situação linguística dos indígenas, tendo sido necessário recorrerem à interdisciplinaridade. Segundo Fazenda (2008), a compreensão do conceito de interdisciplinaridade em pesquisa amplia-se a partir de um novo olhar sobre as ciências, voltado para o entendimento da não fragmentação das atividades.

Estudos recentes divulgados por um grupo de pesquisadores da PUC/SP, liderados por Ivany Fazenda (2003), informam que a pesquisa interdisciplinar é um modo de fazer



investigação, por grupos ou indivíduos, que integra informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou especialidades para avançar a compreensão ou resolver problemas cujas soluções estão além do escopo de uma única disciplina ou área de pesquisa (The National Academies. Facilitating Interdisciplinary Research. The National Academies Press, Washington, 2005. p. 2)¹.

Nesse sentido, realizar pesquisas numa perspectiva interdisciplinar significa, dentre outras inferências, buscar coletivamente a construção de novos conhecimentos, em que estes não sejam, de modo algum, privilégio de poucos, ou seja, se restrinjam a doutores ou livre docentes na universidade (FAZENDA, 2008, p. 18). Dessa forma, a autora entende que a pesquisa, numa concepção interdisciplinar, é real e possível, desde que o pesquisador esteja disposto a trabalhar em equipe, e os resultados sejam divulgados coletivamente, beneficiando não somente os autores, mas qualquer profissional que a eles tenha acesso.

Os Apinayé: aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais

Os Apinayé, segundo Albuquerque (2008, p. 21), são um povo Jê que consideram a sua comunidade uma ramificação dos Timbira do Leste do Rio Tocantins, especialmente dos Krikati, chamados de Makráya, que viviam às margens do rio Pindaré. Esse autor cita Nimuendaju (1983), afirmando que:

[...] se essa tradição realmente corresponde aos fatos históricos, a separação das duas comunidades deve datar de muitos séculos, uma vez que os Apinayé se distinguem tanto linguisticamente como culturalmente daqueles que consideram seus parentes, ao Leste, aproximando-se mais dos Kaypó Setentrionais. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 21)

Na verdade, em seus estudos, Albuquerque (1999; 2011) informa que, ainda no século XVII, o local de ocupação da sociedade Apinayé era o pontal entre o Rio Tocantins

¹ Fonte: <http://www.pucrs.br/foruminterdisciplinaridade>. Acesso em: 07-Dez-2014, 11h50min.



e o Baixo Araguaia. Para ele, a trajetória histórica dos Apinayé não informa se essa região ocupada pelos indígenas teve, anteriormente, outros habitantes. “Os Apinayé afirmam que, em alguns lugares perto da antiga aldeia (denominada Gato Preto), encontravam-se muitos fragmentos de louças, alguns com ornamentos plásticos, à superfície da terra” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 21), o que leva a entender que, mesmo por curto espaço de tempo, essas terras tenham sido habitadas por indígenas de outras culturas.

Para Albuquerque (2008, p. 22):

[...] O primeiro contato, historicamente comprovado, entre os Apinayé e os civilizados, aconteceu em 1774, quando Antônio Luiz Tavares empreendeu uma viagem de Goiás ao Pará, Tocantins abaixo, e, na Cachoeira das Três Barras, viu-se rodeado por um grande número de índios que disparavam flechas. Em virtude dos ataques indígenas, a colonização avançou vagarosamente pelo Rio Tocantins.

Como podemos constatar, os Apinayé mantêm uma situação de contato com sociedade não indígena há mais de quatro séculos, o que nos leva a interrogar: como tem se dado a relação entre esse grupo de pessoas falantes de uma língua indígena no contexto de uma sociedade majoritária (ALMEIDA, 2012) e a língua oficial do Brasil, o português?

a) Quem são, onde estão, quantos são, como vivem?

Os Apinayé, de acordo com Albuquerque (2007), possuem o mesmo nome da comunidade, citado pela primeira vez, na forma de Pinaré e Pinagé, passando, posteriormente, para Apinayé. Segundo o autor, Nimuendaju (1983, p. 3) afirma não ter nenhuma explicação para esse nome, sendo que o sufixo pessoal *-yé*, das línguas Timbira orientais, soa no próprio Apinayé como *-ya*, mas existe uma hipótese de que o nome tenha sido dado pelos Timbira, não sendo, portanto, uma autodenominação primitiva dessa tribo.

Todavia,

[...] Além do nome tribal Apinayé, existem outros – tanto na própria comunidade como entre os Timbira orientais – derivados da palavra que

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



significa “Canto” ou “Pontal”. Apinayé: “ôd”, “ôdo”; Timbira oriental: “hot”, “hôt”, referindo-se à sede no pontal formado pelos rios Araguaia e Tocantins. Os próprios Apinayé usam a forma “ôti” para Pontal Grande; os outros Timbira usam “hôti Ahôtiyé”. Os Kayapó setentrionais, porém, referem-se aos Apinayé, usando o termo “Ken-tug”, que significa “pedra preta” ou “serra negra”. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 202) (aspas do autor)

Os Apinayé, segundo a DSEI-TO (2013), têm uma população de cerca de 2.282 indígenas, habitam a região norte do Brasil, estado do Tocantins, distribuídos por 27 aldeias².

Para Albuquerque (2008), em 1928, os Apinayé ocupavam quatro aldeias com uma população de aproximadamente 150 pessoas. Traçando um comparativo com a população em 2013, que contabilizava 2.282 pessoas, percebemos, assim, com Almeida (2011), que em um pouco mais de seis décadas o grupo aumentou expressivamente sua população. Todavia, no ano de 1823 sua população era de 4.200 pessoas (NIMUENDAJU, 1983), quantidade bem maior da que temos nos dias atuais. Segundo Albuquerque, em detrimento de o território Apinayé ter sido alvo de fazendeiros e posseiros durante os séculos XIX e XX, nos últimos anos, a população vem crescendo demograficamente, firmando traços linguísticos e culturais que possibilitam aos indígenas aspectos identitários próprios.

Almeida (2011a) e Albuquerque (2011) afirmam que as terras apinayé situam-se nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento e Cachoeirinha, numa região conhecida como Bico do Papagaio, ocupando uma área de 141.904 ha, demarcada e homologada em 14 de fevereiro de 1985, pelo Decreto da Presidência da República Nº 90.960. Segundo Albuquerque (1999), antes da demarcação do seu território, os Apinayé eram distribuídos em duas aldeias, São José e Mariazinha. No entanto, com o passar do

² Abacaxi; Aldeinha; Areia Branca; Bacaba; Bacabinha; Barra do Dia; Boi Morto; Bonito; Botika; Brejinho; Brejão; Cocal Grande; Furna Negra; Girassol; Macaúba; Mariazinha; Mata Grande; Olho D Água; Palmeira; Patzal; Prata; Pêpxá; Recanto; Riachinho; Serrinha; São José; Varedão (SESAI, 2013).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



tempo, eles se expandiram, formando novas aldeias e, dessa forma, passaram a ter um maior controle sobre a área demarcada.

Não obstante, ao longo dos anos de contato com a sociedade majoritária, os Apinayé vêm tentando manter-se enquanto povo minoritário, enfrentando conflitos tanto de ordem social quanto linguística, religiosa e cultural. Contudo, mesmo diante de tal situação, os Apinayé têm aumentado suas aldeias e, conseqüentemente, sua população (ALBUQUERQUE, 2007).

O mapa, a seguir, apresenta o local onde os Apinayé vivem.



Fig. 1. Mapa do Estado do Tocantins, com destaque para a área onde vivem os Apinayé (Fonte: Almeida, 2011, p. 25).



Como podemos perceber, a área ocupada pelos indígenas se insere numa região onde predomina a floresta amazônica em confluência com o cerrado. Ali o grupo pratica uma agricultura de subsistência (ALBUQUERQUE, 2011), negociando o que excede nas cidades circunvizinhas. Um produto muito útil para os indígenas é o babaçu, uma amêndoa retirada do coqueiro de mesmo nome, que, após a colheita, é coletada por funcionários de uma empresa, a Tobasa, localizada em Tocantinópolis (ALMEIDA, 2011a).

A situação linguística dos Apinayé é bilíngüe, articulando o uso de sua língua materna Apinayé e o português (ALMEIDA, 2011b). Segundo Albuquerque (2008), na aldeia Mariazinha, esse bilinguismo se apresenta como um problema, uma vez que a língua portuguesa é usada mais efetivamente e em locais próprios de competência da língua indígena, o que pode contribuir para uma perda das características próprias da língua apinayé, contribuindo, dessa forma, para que, num futuro próximo, a comunidade venha a se tornar monolíngüe em português.

Etnolinguística: língua e cultura

Os índios do Brasil falam diversas línguas. Estas estão reunidas em troncos linguísticos. Os principais troncos das línguas indígenas são **Tupi**: os principais povos indígenas que falam (ou falavam) línguas deste tronco são: Caeté, Tabajara, Tupinaé, Potiguara, Tupinambá, Tamoio e Tupiniquin. **Macro-Jê**: Os principais povos indígenas que falam (ou falavam) línguas deste tronco são: Bororo, Crenaque, Carajá, Xavante, Crahô, Apinayé, e Cricati. **Aruak**: Os principais povos indígenas que falam (ou falavam) línguas deste tronco são: Baré, Mandauaca, Pareci e Terena (IBGE, 2010).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Além desses, temos algumas línguas, faladas por alguns povos indígenas, que não foram classificadas dentro dos troncos linguísticos indígenas. Geralmente, são povos indígenas que vivem isolados. Isso acontece com a língua falada pelos Túkuna, Trumai e Irântxe.

Em relação à etnolinguística, esta se ocupa em estudar a relação entre língua e cultura em determinados contextos sociais. Almeida (2013, p. 4), sinaliza que “na perspectiva sincrônica dos estudos contrastivos, a Etnolinguística firmou-se como decorrência da necessidade de se entender as variantes e as invariantes sociais”, e os coeficientes de linguagem que modelam os pensamentos e o modo de ser e de viver da população que se pretende analisar. Segundo a autora, estudos, como os de Pottier (1973), determinam que a etnolinguística estude as relações entre uma dada língua e a visão de mundo daqueles que a falam, sendo mesmo o estudo do próprio código linguístico, de sua função e de suas mensagens, mantendo relação sistemática com a cultura.

Na concepção de Oliveira (s/d, p. 2):

[...] A língua de um povo faz parte da cultura e suas características definem a identidade do mesmo. Segundo Bakhtin (2006): “A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala”. O conjunto de palavras estudadas pela morfologia e os sons pela fonética, formam as falas dos indivíduos e a semântica nos mostra o significado deste todo. De acordo com Chomsky (1984) quando uma pessoa adquire uma língua ela desenvolve um sistema de regras que atribui som e significado. Consideramos que ela pertence a uma forma lógica de representação e uma forma fonética. Esta estrutura recai sobre a forma fonética, forma lógica e a relação entre elas. Para Chomsky (1970) “a língua é como uma estrutura de formas e conceitos baseada num sistema de regras que determinam seus arranjos e organização. Mas essas matérias-primas finitas podem se combinar para resultar num produto infinito.” (aspas da autora)

Essa mesma autora cita Rodrigues (2004), colocando que o estudo etnolinguístico começou a surgir no Brasil no início do século XX. Para ela, Cândido da Silva Rondon, oficial responsável pela denominada Comissão Rondon, realizada no Mato Grosso, esteve



em contato com os Boróro e declarou ter aprendido a língua deles, pois se preocupava com a documentação científica dos levantamentos geográficos.

Rondon, citado por Oliveira (s/d), também incorporou à expedição etnógrafos que observaram os povos indígenas pelas frentes expedicionárias, verdadeiros pesquisadores que procuravam registrar fatos linguísticos, foram eles: Edgard Roquete Pinto, Frederico Carlos Hoehne e o bacharel João Barbosa de Faria. Para Rodrigues (2001), há grande diversidade entre as línguas indígenas do Brasil, principalmente de natureza genética, o que permite classificar as línguas em conjuntos com origem comum mais próxima ou mais remota, e acrescenta que no Brasil se destacam dois troncos linguísticos, Tupi e Macro-Jê.

Cultura e língua no contexto apinayé

Segundo Almeida (2012), é a partir do desenvolvimento da Linguística como ciência e da Antropologia que a língua passou a ser analisada cientificamente como elemento da cultura, e cita Montagu (1972, p. 131) afirmando que:

[...] a cultura representa a resposta do homem às suas necessidades básicas. É o modo que tem o homem de colocar-se à vontade no mundo. É o comportamento que aprendeu como membro da sociedade. Podemos defini-la como o modo de vida de um povo, o meio, em forma de idéias, instituições, potes e panelas, língua, instrumento, serviços e pensamentos, criado por um grupo de seres humanos que ocupam um território comum (ALMEIDA, 2012, p. 4).

Para Rodrigues (2001), tanto língua quanto cultura interagem de tal forma que não se pode conceber uma sem a outra, sendo mesmo que sem línguas não poderiam ter-se desenvolvido as culturas humanas, uma vez que as línguas é que permitem não só a transmissão da experiência e dos conhecimentos adquiridos às gerações seguintes, mas também as ações cooperativas que caracterizam a organização dos indivíduos em sociedade.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Nesse sentido, a cultura, elemento dissociável da língua, se constitui numa atividade social que rege as demais ações dos grupos de pessoas. Sendo assim e de acordo com o conceito de cultura, é muito relevante nas ciências humanas, a ponto de a Antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito. Na verdade, os antropólogos, desde o século XIX, procuram definir os limites de sua ciência por meio da definição de cultura. O resultado é que os conceitos de cultura são múltiplos e, às vezes, contraditórios.

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica (SILVA E SILVA, 2010, p. 1)³.

Segundo Cuche (1999), essa concepção de cultura foi citada por Edward Tylor no século XIX e, apesar de sua pertinência ainda hoje, as gerações atuais de antropólogos têm procurado aprofundá-la para melhor compreender o comportamento social. Entre esses pensadores, um dos mais influentes, segundo Cuche, foi Franz Boas, que, no começo do século XX, iniciou uma crítica sistemática às teorias até então vigentes que defendiam a existência de uma hierarquia entre culturas.

A função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade. Por exemplo, gestos como rir, xingar, cumprimentar, assim como os modos de vestir ou comer indicam, para outras pessoas do grupo tanto a posição social de um indivíduo quanto seus sentimentos, mas apenas porque

³ In: Dicionário de Conceitos Históricos - Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva – Ed. Contexto – São Paulo; 2010. Disponível em: http://www.igt.rs.gov.br/wpontent/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf. Acesso em: 10-Dez-2014, às 15h:15min.



quem interpreta seus gestos e sua fala possui os mesmos códigos culturais (SILVA e SILVA, 2010, p. 2)⁴.

Esses mesmos autores afirmam que, ao nos depararmos com uma pessoa de cultura diferente, podem ocorrer confusões e mal-entendidos, como um cumprimento ser considerado rude ou uma roupa ser considerada imprópria. Para eles, o desentendimento provém do choque cultural, do contato entre duas culturas distintas. Sendo assim, isso pode incidir entre indivíduos ou entre sociedades completas, nesse caso, provocando transformações em nas sociedades em contato. É o caso do confronto entre as culturas indígenas e européias depois da conquista da América, ou entre a cultura islâmica e a ocidental nos dias atuais, concluem os autores.

a) A cultura Apinayé

Os Apinayé, do mesmo modo que outros povos indígenas brasileiros, são culturalmente diversificados. Nesse sentido, o conceito de cultura que propomos diz respeito ao conjunto de realizações humanas, materiais ou imateriais caracterizados, segundo Silva e Silva (2010), como um fundamento básico da história social de um povo, que, por sua vez, pode ser definida como o estudo das realizações humanas ao longo do tempo. Tal percepção, no entanto, só se desenvolveu plenamente com a Nova História Cultural⁵, na segunda metade do século XX. As autoras partem do pressuposto de que os historiadores da Nova História passaram a escolher temas cada vez mais voltados para o cotidiano e as mentalidades, realizando, dessa forma, trabalhos de História Cultural. São exemplos dessas pesquisas os estudos de Georges Duby sobre o amor e o casamento na Idade Média francesa e os de Jacques Le Goff sobre os intelectuais medievais.

⁴ Idem, Ibidem.

⁵ A Definição de História Cultural como a modalidade historiográfica que se ocupa da “alteridade” estará também na base dos trabalhos de inúmeros historiadores culturais, para os quais certas situações oferecem-se como oportunidades ímpares para os estudos de História Cultural. Entre estas, o confronto entre duas sociedades, relacionadas a duas culturas distintas pode oferecer uma possibilidade exemplar de iluminar uma cultura através da outra. Fonte: Barros (2011). Disponível: <http://periodicos.pucminas.br/> Acesso em: 10-Dez-2014, às 15h:53min.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Segundo Gomes (2013, p. 3), a cultura é tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio da linguagem, ou seja, é o modo próprio de ser do homem em coletividade que se realiza em parte consciente e em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto e, enfim, reproduzir-se.

A cultura apinayé se manifesta em diversas atividades. Segundo Almeida (2012), o casamento, a corrida da tora, o corte de cabelo, as cantorias, os rituais de nascimento e de morte, dentre outros, se mantêm vivos, e são parte do cotidiano dos indígenas. Mesmo diante das práticas culturais da sociedade hegemônica e majoritária, que tendem a pressionar no sentido de desqualificar os costumes indígenas (ALBUQUERQUE, 2012), os Apinayé se esforçam para repassar aos mais novos os aspectos culturais dos mais velhos, características da cultura indígena



Foto (1). Corrida de Tora na Aldeia Patizal - Julho/2012. Foto: Toninho Muricy⁶

⁶ Fonte: http://filmenimuendaju.blogspot.com.br/2012_09_0. Acessado em 06-Dez-2014.



A corrida da tora é um ritual muito importante para os Apinayé. Segundo Da Matta (1976), citado por Albuquerque (2007), os Apinayé ritualizam as relações categóricas de sua sociedade em pares opostos, de modo que na maioria das vezes as metades Kooti e Koore aparecem como times destinados a trazer toras para a aldeia, num jogo que é característico de todos os grupos Jê do Brasil central.

Para Nimuendaju (1983), citado por Albuquerque (2007), as turmas competidoras são formadas pelos homens e moças das duas metades Kooti e Koore. A corrida é feita da mesma maneira que é feita pelos Timbira orientais e Xerente, iniciando-se no lugar da confecção das toras indo em direção à praça da aldeia. Contudo, o autor afirma que os Apinayé não usam, como os Xerente, uma tora para dois carregadores simultaneamente.

Partindo dessas premissas, Albuquerque (2007) acredita que uma particularidade das corridas de tora Apinayé é a de não depositarem o par de toras no chão, quando se preparam para o início da corrida, mas sim sobre dois pares de forquilhas. “A corrida, assim, sempre começa de fora para dentro da aldeia. Os Apinayé também fazem, segundo este autor, corridas sem grande ostentação, quando grupos de homens voltam para a aldeia, depois de qualquer trabalho comum” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 218).

b) Língua Apinayé

Segundo Albuquerque (2011, p. 1560), a língua apinayé é classificada, segundo Rodrigues (1986), como pertencente ao Tronco Macro-Jê e à Família Linguística Jê. É, portanto, uma língua indígena da mesma família dos Gavião do Pará, Krahô, Apiniekra, Krikati, Panará, Kaingáng, dentre outras, conclui o autor.

Para Albuquerque (2011, p. 1569), os nomes e verbos em Apinayé apresentam características próprias bem definidas. Os nomes indicam aspectos de posse, flexão de número e partícula marcadora de grau. Já os verbos, nessa língua, apresentam



características de atividade, estatividade, transitividade, intransitividade e fenômenos da natureza.

Sendo assim,

[...] os verbos ocorrem no final de frase, seguidos por uma partícula de predicado ou tempo e não podem ocorrer com o sufixo nominal -re e -ti. Desta forma, possuem duas formas de raiz: a forma longa, que ocorre somente quando o verbo é seguido de outras palavras na mesma frase. Na forma curta, o verbo aparece em posição final da frase. Outra constatação assegura que os verbos da primeira classe, mesmo na forma longa, indicam, através do prefixo, que o objeto está implícito; já a forma curta é usada tanto com objeto explícito quanto com objeto implícito, quando as duas formas de prefixos ocorrerem. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 1569)

Por outro lado, o autor observa que os nomes em Apinayé ocupam posição nuclear de sujeito, objeto direto e complemento de posposição, e quando possuídos, apresentam obrigatoriamente um prefixo relacional de contiguidade.

Diferente dos nomes e verbos, os adjetivos em Apinayé como em outras línguas, ocupam sempre uma posição intermediária entre nomes e verbos, num processo de lexicalização de propriedades e características variáveis ou indeterminadas. Assim em Apinayé, a categoria lexical de adjetivo difere das categorias de nomes e de verbo. A língua Apinayé de modo geral, não distingue adjetivo com função atributiva de adjetivos ou predicativos, uma vez que, nesta língua, não existe verbo de cópula. Portanto, atributos ou predicados geralmente vêm à direita do nome, podendo ocorrer como modificadores de nomes, tanto nas locuções nominais como predicadores. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 1569)

Diante disso, podemos afirmar que a língua apinayé assume características próprias de uma língua indígena, e sendo assim a cultura desse povo também é resultado de manifestações socioculturais que internalizam aspectos exclusivos da língua falada pelos habitantes das aldeias.

Aspectos que interferem na situação (etno)linguística dos Apinayé

Os falantes nativos da língua Apinayé são em número de 2.282, e vivem no extremo norte do estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio (SESAI, 2013). Quando em contato com pessoas da cultura majoritária, a maioria dos indígenas fala

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



português. No entanto, nas aldeias, tanto os homens como as mulheres e as crianças se comunicam na língua materna (ALMEIDA, 2011b). Para Albuquerque (2008), os Apinayé estão paulatinamente se integrando à cultura não indígena, o que se reflete na língua falada nas comunidades.

São inúmeros os fatores que contribuem para a descaracterização dos aspectos linguísticos de uma comunidade indígena. No caso dos Apinayé, Albuquerque (2008) entende que, na aldeia Mariazinha, a situação merece atenção, e apresenta o casamento entre indígenas e não indígenas como fator crucial para que a língua portuguesa esteja presente em domínios sociais de competência exclusiva da língua indígena materna, o Apinayé. Segundo Almeida (2011b), a educação escolar tem se configurado como um elemento que fortalece a língua portuguesa, uma vez que o material didático é nessa língua. Além disso, a situação permanente de contato com a sociedade não indígena, pelos mais diferentes motivos, que vão desde a necessidade de comprar mantimentos até a assistência à saúde dos indígenas, conforme Almeida (2012).

Nesse sentido, os autores citados são unânimes em afirmar que a situação linguística em aldeias indígenas enfrenta várias frentes de adversidade, o que requer uma mobilização de todos, comunidades e órgãos responsáveis, e que isso é uma questão de política pública, e dessa forma precisa ser vista.

Para Moore, Galucio e Júnior (2008), dentre os fatores que contribuem para viabilizar trabalhos nessa área é preciso, dentre outras iniciativas,

[...] ampliar a formação de linguistas treinados nas técnicas e nos métodos de pesquisa, especialmente na Amazônia, onde a maioria das línguas indígenas é falada questão do desaparecimento de línguas indígenas vem chamando a atenção nos últimos anos com notícias da situação precária em que se encontram muitos idiomas nativos, e sobre a necessidade de medidas urgentes para sua preservação e revitalização. (MOORE, GALUCIO e JÚNIOR, 2008, p. 37)



De acordo com esses autores, o número da população indígena brasileira, atualmente, é bem inferior ao que existia no passado. Para eles, apesar de a imigração europeia ter sido relativamente limitada nos dois primeiros séculos do período colonial, as línguas indígenas foram afetadas por esse processo, de modo que se estima que aproximadamente 75% das línguas nativas se perderam ao longo de 500 anos. As regiões do Brasil que foram ocupadas por mais tempo têm o menor número de sociedades indígenas e menos línguas nativas, especialmente o leste brasileiro, onde poucos grupos autóctones falam como seus antepassados.

Não obstante,

[...] A sobrevivência de povos nativos se deu em maior número em áreas remotas, especialmente na Amazônia, onde o contato com a sociedade nacional foi mais recente e menos intenso. Além de ser a região com maior concentração de populações indígenas no país, a Amazônia apresenta também grande diversidade lingüística e cultural. A região concentra mais de dois terços das línguas indígenas faladas no país. Somente no estado do Pará há cerca de 25 idiomas nativos, número equivalente ao de línguas faladas na Europa ocidental. (MOORE, GALUCIO e JÚNIOR, 2008, p. 37)

Nesse sentido, e ainda segundo Moore, Galucio e Júnior (2008, p. 40),

[...] A situação das línguas no Brasil, onde muitas estão ameaçadas e em situação precária, é representativa do panorama mundial. Um movimento internacional em torno de línguas em perigo de extinção se intensificou com a publicação de um artigo pelo lingüista americano Michael Krauss. Ele estima que 90% das línguas do mundo estariam em perigo de extinção no século 21 se não fossem tomadas medidas preventivas. O desaparecimento dessas línguas seria uma grande perda para as comunidades nativas, visto que são os meios de transmissão da cultura e pensamento tradicionais e parte importante da identidade étnica.

Um aspecto crucial que interfere em perdas lingüísticas em sociedades indígenas, como os Apinayé, é a ausência de estímulos para o uso da língua. Segundo Albuquerque (2012), ao perceber que sua língua materna não tem valor diante das exigências da escola e da relação de contato com os não indígenas, esse povo começa a falar menos a língua



nativa, no caso o Apinayé, cedendo lugar ao português, enfraquecendo a língua e, consequentemente, a cultura indígena.

Aspectos que contribuem para o fortalecimento da situação (etno)linguística dos indígenas

Já que nos encontramos diante de uma situação em que a perda linguística e também cultural das comunidades indígenas é um fato, é importante apresentarmos um contraponto, ou seja, identificarmos alguns aspectos que podem favorecer o fortalecimento da língua e da cultura indígenas, isto é, da etnolinguística, nesses cenários específicos.

Segundo Moore, Galucio e Júnior (2008), há notícia de que, nos últimos anos, dois importantes programas internacionais (DOBES – Documentação de Línguas Ameaçadas, da Alemanha, e ELDP – Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas, da Inglaterra) patrocinam projetos de documentação linguística no Brasil e já apoiaram a documentação de 19 línguas indígenas brasileiras. Para os autores, a tecnologia e a metodologia de documentação melhoraram consideravelmente devido a esses programas, que apoiam tanto linguistas brasileiros como residentes no país a realizar a documentação com grupos nativos.

Documentação nesse modelo, de acordo com Moore, Galucio e Júnior (2008, p. 41), pode ser bastante produtiva em termos científicos. Como exemplo, os autores citam o Projeto Kuikúro, o qual foi

[...] desenvolvido no âmbito do programa Dobes, de 2001 a 2006, resultou em 45 participações em eventos nacionais e internacionais, seis capítulos de livros, oito artigos em revistas nacionais e internacionais, três livros didáticos bilíngües e uma exposição no Museu do Índio, além de ter produzido um corpo de dados que pode subsidiar outras investigações no futuro.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Os autores acreditam ainda que em casos em que haja um número razoável de falantes da língua e vontade de transmitir o idioma às crianças, existem várias metodologias de revitalização sendo utilizadas mundialmente, e citam as seguintes:

Ninho de Linguagem: crianças pequenas que aprendem línguas sem esforço) passam tempo com os avós, que falam somente a língua materna. ■ Mestre e Aprendiz: um falante assume a responsabilidade de ensinar a língua a um jovem. ■ Imersão: durante certo período, a comunidade ou uma parte da comunidade, fala somente a língua nativa, e os não-falantes têm de adquirir um mínimo da língua para se comunicar. ■ Alfabetização na Língua Materna: materiais escritos na língua geralmente aumentam o prestígio desse patrimônio cultural e chamam a atenção da geração mais jovem. ■ Gravações de Documentação: música, narrativas tradicionais e outros materiais podem ser gravados e devolvidos à comunidade para familiarizar os ouvintes, especialmente os jovens, com a língua e com as tradições. (MOORE, GALUCIO e JÚNIOR, 2008, p. 41-42)

Aprofundando a discussão, os autores acrescentam que, nesses métodos, a alfabetização na língua indígena é o que mais depende de pesquisa para ter base científica e repetir os sons de cada língua de maneira adequada. Como exemplo, eles citam o caso dos Nakairi, no qual a ortografia foi adequada para um dos dois dialetos, mas inadequada para o outro, cujo sistema de sons foi diferente em certos aspectos.

Conforme Silva (2003, p. 4), para que uma língua indígena seja valorizada, as ações devem “fundamentar-se, em primeiro momento, num compromisso de sobrevivência dos povos indígenas, pois as línguas, como bem afirma Manipiniktikinya (2000), não têm vida própria, ou seja, se queremos línguas vivas, devemos lutar pela vida dos povos que as falam”. Nesse sentido, a autora apresenta o princípio da territorialidade como condição de sobrevivência desses povos indígenas e, conseqüentemente, de suas línguas e culturas.

Além disso:

Uma política de revitalização e manutenção das línguas indígenas brasileiras, todas em vias de extinção, umas mais do que outras, precisa estar incluída numa política de garantia do território indígena, condição básica para a sustentação cultural e econômica desses povos. Um exemplo de projetos de revitalização de língua e cultura maternas alicerçados na política de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



sustentabilidade econômica e na garantia do território citamos o *Projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi*, que se realiza na aldeia de Buridina, no município de Aruanã-GO. (SILVA, 2003, p. 4) (itálico da autora)

No caso específico dos Apinayé, objeto de nosso estudo, as bases teóricas consultadas, principalmente os trabalhos de Albuquerque (1999, 2007, 2008, 2012), indicam que, por enquanto, a língua e a cultura desse povo estão vivas e atuantes, com o que concordam Da Matta (1976) e Nimunedaju (1983). Todavia, o bilinguismo presente nas comunidades não se apresenta desprovido de preocupação, uma vez que o contato ostensivo com os não indígenas, que trazem para as aldeias sua cultura hegemônica, tem se constituído como fonte de preocupação, desde que marginaliza a cultura local.

Segundo Weber (2006), embora o monolinguismo em português seja uma realidade incontestável no contexto indígena brasileiro, “o bilinguismo (língua indígena e português), em diversos graus, ainda é a situação mais comum”. Ademais, pouco a pouco, a língua portuguesa vai se apoderando de todas as situações de comunicação – reuniões, aulas da escola, brincadeiras das crianças, diálogos domésticos etc. – até que a língua nativa deixa de ser falada ou torna-se restrita ao âmbito ritual, dos cantos e das reuniões fúnebres.

Essa é uma situação constatada entre os Apinayé, conforme Almeida (2011b). Para essa autora, em reuniões no pátio da aldeia, na escola, em cultos religiosos, a língua apinayé tem cedido lugar à língua portuguesa, sem contar que a televisão é um meio de entretenimento cada vez mais valorizado pelos indígenas. Tudo disso faz com que a situação etnolinguística, ou seja, a relação dos Apinayé com as línguas portuguesa e apinayé seja cada vez mais assimétrica. Daí a grande importância de políticas que valorizem a língua materna dos indígenas.

Considerações finais

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Neste trabalho, foram apresentados resultados de uma pesquisa sobre a língua e a cultura Apinayé, explorando a situação etnolinguística desse grupo indígena. A partir de uma rigorosa pesquisa bibliográfica, seminários e discussões durante a realização da disciplina de Etnolinguística, foi-nos possível constatar que os Apinayé ainda mantêm vivos seus costumes tradicionais, sua cultura e sua língua materna. No entanto, constatamos ainda que em algumas aldeias, como é o caso da Mariazinha, a situação requer atenção, conforme aponta Albuquerque (2008).

Na verdade, a globalização e a cultura da sociedade envolvente são aspectos cruciais na vida dos indígenas. Afinal, para se sentirem parte dessa sociedade hegemônica, eles se desfazem de atividades de vital importância para a preservação de sua cultura, como é o caso dos programas televisivos em momentos de reunião familiar, como destaca Almeida (2011).

Outro aspecto apontado por Albuquerque (2012) e Almeida (2011b) é a educação escolar, que, por se efetivar com material didático em português, faz com que a língua materna seja colocada de lado. Dessa forma, é fundamental que sejam realizados trabalhos de pesquisa nas aldeias, para detectar os problemas e propor soluções. Afinal, como muito bem fala Rodrigues (1986), se uma língua morre, com ela morre toda uma cultura, patrimônio não somente do povo ao qual pertence, mas da humanidade.

Com efeito, o trabalho evidenciou que o Brasil é uma nação multilíngue, com uma situação sociolinguística marcadamente heterogênea. Ao agregar em seu território as línguas indígenas em estreita relação com um português que varia proporcionalmente à heterogeneidade de seu povo – indígenas e seus descendentes, imigrantes de todos os continentes, remanescente quilombolas e povos do campo–, precisamos estar atentos a um monitoramento em relação à norma culta-padrão. Afinal, suas formas fonética, fonológica e semântica demonstram que a etnolinguística favorece o intercâmbio cultural

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



e linguístico, notadamente na realidade de uma comunidade indígena, no caso aqui discutido, os Apinayé da região norte do Brasil, estado do Tocantins.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito Com o Português: Aspectos Da Situação Sociolinguística**. Dissertação de Mestrado. UFG - Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 1999.

_____. Aspectos da situação sociolinguística dos Apinayé de Riachinho e Bonito. In: SANTOS, Ludovico dos; PONTES, Ismael (Orgs.). **Línguas Jê: estudos vários**. Londrina: Editora da UEL, 2002.

_____. **Projeto de apoio pedagógico à educação indígena Apinayé**. Araguaína: UFT/SEDUC/FUNAI/ADR-Araguaína, 2005.

_____. **Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé**. Tese de Doutorado. UFF – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

_____. Aspectos do Processo de Educação Escolar Bilíngüe dos Apinayé. **Cadernos de Educação Escolar Indígena - PROESI**. Organizadores Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 6, n. 1, 2008.

_____. Ordem dos nomes, verbos e modificadores em Apinayé. **Anais do 7º Congresso Internacional da ABRALIN**. Curitiba: 2011. Disponível on-line: <http://www.abralin.org>. Acessado em 02-Dez-2014.

ALMEIDA, Severina Alves de. **Bilinguismo e Educação Bilíngüe Intercultural: os Apinayé e o uso das línguas apinayé e portuguesa nos seus domínios sociais**. **Anais do 7º Congresso Internacional da ABRALIN**. Curitiba: 2011. http://www.abralin.org/abralin11_cdrom/artigos/Severina_de_Almeida.pdf. Acessado em 03-Dez-2014.

_____. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngüe e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha**. Dissertação de Mestrado. Araguaína: [s.n], 2011. Disponível: www.uft.br. Acessado em 01-Dez-2014.

_____. **Da Interculturalidade Ao Currículo Bilíngüe: Contribuições Da Sociolinguística Para A Educação Indígena**. Projeto de Doutorado. 2012. Material enviado pela autora; e-mail: sissiunb@gmail.com. Recebido em 01-Dez-2014.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



APINAYÉ, Tocantinópolis–TO. **Associação PEMPXÀ União das Aldeias Apinayé Aldeia S. José TI.** Disponível: www.socioambiental.net. Acesso dia 20-Mai-2011.

ATAÍDE, Denyse Mota da Silva. **Letramento Digital e Formação de Professores: Limites e Potencialidades na Perspectiva do Plano Nacional De Formação De Professores (PARFOR).** Dissertação. 2012. Disponível: www.uft.edu.br/ppgl/mell. Acesso 11-Nov-2014. Acessado em 20-Nov-2014.

BRASIL. **Decreto nº 90.960, de 14 de Fevereiro de 1985.** Declara de ocupação dos silvícolas, área de terras nos municípios de Tocantinópolis e Itaguatins, no Estado de Goiás, e dá outras providências. Disponível on line: <http://www.lexml.gov.br/>. Acesso dia 15-jan-2011.

____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Versão on-line. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil.../ Acesso dia 03- abr-2009.

____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.** São Paulo: SINPRO, 1996.

____. **O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena.** 2011. Disponível on line: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeej.pdf>. Acesso 13-set-2011.

____. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível: www.ibge.gov.br/cidadesat/. Acessado em 09-Dez-2014.

____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

____. Escola, escrita e valorização das línguas. Texto condensado e adaptado do documento **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**, Brasília: MEC, 1998.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DA MATTA, Roberto. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

DICK, M^a Vicentina de P. do Amaral. **Aspectos de Etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos.** São Paulo: USP. 2003.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 13. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2008.

FIORIN, J. L. **Introdução à lingüística II - princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: Ciência do Homem, Filosofia da Cultura.** São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

HAM, Patrícia. **Aspectos da Língua Apinayé.** Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1979.

MAIA, Marcos. **Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem / Marcus Maia – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.**

MOORE, Dennis Albert; GALUCIO, Ana Vilacy e JÚNIOR, Nílson Gabas. **Desafios de documentar e preservar línguas.** <http://saturno.museu-goeldi.br/>. Acessado em 11-Nov-2014.

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém:1983.

OEA – Organização dos estados Americanos. **Projeto de Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Disponível on line: <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso 20-ago-2011.

OLIVEIRA, Mileide Terres de. **Etnolinguística: Semelhanças E Diferenças Tupi E Macro-Jê.** S/D. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Cáceres-MT. E-mail: milly-0502@hotmail.com.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **Biodiversidade e Diversidade Etnolinguística na Amazônia.** In: SIMÕES, Maria do Socorro Simões. (Org.). *Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta*, 1 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, v. 1, p. 269-278.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



____. **Línguas Brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Ed.Loyola, 2002, p. 17-37.

____. **A Originalidade das Línguas Indígenas Brasileiras. ComCiência:** revista Eletrônica de Jornalismo Científico, SBPC, Linguagem: cultura e transformação, n. 23, agosto de 2001. (Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999.). Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/> Acessado em 01-Dez- 2014.

SESAI. **Secretaria da Saúde Indígena do Tocantins.** Povos Indígenas do Tocantins, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos,** Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **Situação De Ensino De Línguas Indígenas No Contexto Escolar. Anais do 5º Encontro do Celsul,** Curitiba-PR, 2003 (958-961).

WEBER, Ingrid. **Multilinguismo no Brasil indígena.** Copyright: Goethe-Institut e. V., Online-Redaktion. Dezembro de 2010. feedback@saopaulo.goethe.org. Disponível: Goethe-Institut.html. Acessado em: 10-Dez-2014.

Sobre as autoras:

Maria José de Pinho: Doutora em Educação e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Associada da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Palmas-TO. Atualmente é Coordenadora do Programa de Iniciação Científica - PIBIC da UFT e Bolsista de Produtividade da Universidade Federal do Tocantins-UFT. E-mail: mjpgon@mail.uft.edu.br

Denyse Mota da Silva: Mestre em Ensino de Língua e Literatura e Doutoranda no PPGL/MELL- UFT – Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaina. E-mail: denysemota@hotmail.com

Recebido em: 18/07/2015

Aceito para publicação em: 03/08/2015